



Apoio:



Realização:



# 15º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

12 a 14 de AGOSTO de 2025



## Sistemas de Certificação Orgânica na cidade de Pelotas/RS

### Autor(es)

Daiana Doring Wolter  
Guilherme Da Silva Silveira  
Robson Daniel Acosta Ramos  
Denise Renata Pedrinho  
José Francisco Dos Reis Neto  
Bianca Obes Correa

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE

### Introdução

A Lei nº 10.831/2003, conhecida como “Lei da Agricultura Orgânica”, e o Decreto nº 6.323/2007 marcaram a institucionalização da agroecologia no Brasil, resultado de décadas de mobilização da sociedade civil por modelos sustentáveis. Essas normas estabeleceram mecanismos de controle e garantia da qualidade orgânica. A certificação dos produtos é identificada pelo selo oficial, regulamentado inicialmente pela IN nº 50/2009 (revogada pela IN nº 18/2014), que atesta a conformidade com práticas diferenciadas de produção e comunica ao consumidor os atributos do produto (LENZ & FINATTO, 2017). Esse selo é obtido por meio dos sistemas de certificação: auditoria, participativo (OPAC) ou controle social (OCS), os quais garantem que os produtos atendem aos princípios da agricultura orgânica, sendo ambientalmente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis (ARAÚJO & PAIVA, 2007).

### Objetivo

Este trabalho teve como objetivo analisar os sistemas de certificação presentes no município de Pelotas/RS, com base nos dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

### Material e Métodos

Foi realizado um levantamento de dados a partir das informações disponíveis no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do MAPA, referente ao mês de outubro de 2024.

A análise envolveu a filtragem, organização e quantificação dos dados, o que permitiu identificar o número de produtores certificados em Pelotas/RS. Os sistemas de certificação foram classificados em três categorias: por auditoria, por Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) e por Organização de Controle Social (OCS).

Também foi realizada uma categorização quanto ao tipo de atividade desenvolvida: produção primária vegetal ou processamento de produtos de origem vegetal. Todas as análises foram realizadas no programa Microsoft Excel.



Apoio:



Realização:

PÓS-GRADUAÇÃO  
stricto  
sensu  
cognitumPROGRAMA DE  
Iniciação  
Científica e  
Tecnológica

# 15º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

12 a 14 de AGOSTO de 2025

## Resultados e Discussão

Segundo os dados, Pelotas-RS possui 53 estabelecimentos com certificação orgânica. Destes, 50 atuam com Produção Primária Vegetal, destacando-se hortaliças, frutas, condimentos e ervas medicinais. Outros três processam produtos de origem vegetal, como frutas e arroz. Apenas dois estabelecimentos utilizam certificação por auditoria, voltada ao processamento, feita por entidade independente (Souza, 2001). Dezesseis utilizam certificação participativa (OPAC), via Sistema Participativo de Garantia (SPG), realizado pela Associação Ecovida. Esse sistema é baseado na responsabilidade coletiva e deve ser credenciado pelo MAPA. A maioria (35) adota certificação por Organismo de Controle Social (OCS), voltada à venda direta, sem uso do selo SisOrg, mas com declaração oficial (Scalco; Pinto, 2021). Os dados evidenciam a vocação de Pelotas para a produção orgânica vegetal e o protagonismo da agricultura familiar, especialmente na venda direta de alimentos in natura.

## Conclusão

A análise dos dados evidencia que o município de Pelotas/RS possui um cenário consolidado de produção orgânica vegetal, com predominância da certificação via Organização de Controle Social (OCS) e OPAC, refletindo o perfil da agricultura familiar e das práticas agroecológicas locais.

## Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

## Referências

- BRASIL. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. 2003.
- BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.
- ARAÚJO, DALINE F. S., DIÓGENES PAIVA. Orgânicos: Expansão de Mercado e Certificação. HOLOS. 2007, p. 138-149.
- LENZ, T. C. Z.; FINATTO, R. A. Mercado e Certificação de Produtos da Agricultura Orgânica. Gestão Empresarial e Sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2017. p. 285-303.
- SOUZA, M. C. M. (2011) Certificação de produtos orgânicos. Instituto de Economia Agrícola (IEA).
- SCALCO, A. R.; PINTO, L. B. Certificação orgânica: motivações e dificuldades na inserção e manutenção no sistema de produção certificada em regiões com características díspares no Brasil. Revista de Geografia, Recife, v. 38, n. 1, p. 254-274, 2021.